

## ANÁLISE DA CAPACIDADE ESTATAL PARA IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS AGRÍCOLAS EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE (2015 - 2022)

AYOLSÉ ANDRADE PIRES DOS SANTOS<sup>1</sup>; ETIENE VILLELA MARRONI<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGCPol/UFPEL), Pelotas, RS, Brasil –  
*ayolsesantos@hotmail.com*

<sup>2</sup>Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGCPol/UFPEL), Pelotas, RS, Brasil –  
*evmarroni@gmail.com*

### 1. INTRODUÇÃO

Esse projeto tem como objeto de estudo as políticas públicas do Ministério de Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Rural (MAPDR) em São Tomé e Príncipe. O objetivo mais geral é uma análise aprofundada das capacidades estatais para implementação de políticas públicas representativas do Estado santomense na promoção da agricultura e do desenvolvimento rural no país com recorte para o período de 2015 a 2022. Enquanto objetivos específicos, pretende-se: a) Identificar e analisar os arranjos político-institucionais do Ministério da Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Rural; b) Mapear as políticas públicas de desenvolvimento econômico e fortalecimento da agricultura implementadas pelo MAPDR entre 2015 e 2022; c) Analisar as contribuições socioeconômicas das políticas públicas de desenvolvimento econômico e fortalecimento da agricultura para os agricultores.

O recorte escolhido deve-se ao fato de ser o período em que não se registrou nenhuma crise política que pudesse pôr fim à continuidade dos mandatos dos governos. Desde a implementação do sistema pluripartidário tem ocorrido sucessivas quedas de governos gerando instabilidades políticas. As crises políticas têm contribuído para a não continuidade da implementação das políticas, contribuindo para o fraco desenvolvimento do país. Esse estudo é dirigido a um arquipélago que outrora foi colônia portuguesa, atualmente sob uma economia primária exportadora e que é caracterizado por pobreza e precarização das condições dignas de vida, clientelismo, corrupção, elevadas vulnerabilidades sociais e com presença significativa de agricultura de subsistência integrada ao mercado.

Políticas públicas é, de acordo com CELINA SOUZA (2003), uma área da ciência política. Dada sua complexidade de compressão principalmente em democracias não consolidadas e países em desenvolvimento, KLAUS FREY (2000), chama atenção a necessidade de levarmos em consideração as peculiaridades e especificidades da sociedade ou país em análise. Nesse sentido, como salienta o autor, o campo da ciência política e políticas públicas em suas análises deve ser levado em consideração os processos históricos e estruturais da realidade em estudo.

Nesse sentido, FREY (2000), conclui que:

(...) as peculiaridades socioeconômicas e as políticas das sociedades em desenvolvimento não podem ser tratadas apenas como fatores institucionais e processuais específicos, mas é preciso uma adaptação do conjunto de instrumentos da análise de políticas públicas às condições peculiares das sociedades em desenvolvimento (FREY, 2000, p.212).

Como demonstrado por SOUZA (2003), não existe uma única definição para políticas públicas. Assim sendo, estudo se apoiara nos debates teóricos travados pelos autores chaves desta área como: H. LASWELL, H. SIMON, C. LINDBLOM E D. EASTON. Autora define políticas públicas como,

(...) campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações e/ou entender por que e como as ações tomaram certo rumo em lugar de outro (variável dependente), (SOUZA, 2003, p. 13).

A luz desses autores teceremos reflexões sobre o caso de São Tomé e Príncipe, país este com apenas 48 anos de independência.

## 2. METODOLOGIA

Esse estudo pretende conciliar abordagem teórica com observação empírica de modo que possamos identificar as especificidades e particularidades da sociedade santomense. Para se cumprir os objetivos propostos, buscamos na pesquisa qualitativa aprofundar a análise das capacidades estatais de implementação de políticas públicas e dos arranjos institucionais, associado ao método histórico-estrutural, desta forma pretende-se aplicar a metodologia caracterizada por pesquisa bibliográfica documental, dividida em três momentos.

Em primeiro momento, buscaremos fundamentar a análise com dados secundários, tendo como objetos de estudo os periódicos de notícias, artigos, boletins informativos, instrumentos jurídico-normativos, relatórios de pesquisa, entre outros relacionados a implementação de políticas.

Posteriormente, buscamos através da revisão bibliográfica estabelecer análises consistentes na base teórica apresentada, evidenciando o estado da arte que acompanha os estudos sobre o tema.

Em seguida, no intuito de enriquecer a análise documental propõe-se um estudo de campo, com coleta de dados através de entrevistas semiestruturadas, tendo como sujeitos de pesquisa os agentes representativos.

Como resultado, espera-se evidenciar os aspectos relacionados ao fraco desenvolvimento rural que provoca vulnerabilidades sociais advindas da baixa capacidade estatal e a baixa capacidade burocrática associada ao clientelismo político em São Tomé e Príncipe.

## 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Além de pesca, pecuária e serviços, a agricultura constitui uma das principais bases da economia do país. Ao olharmos para o setor agrícola, percebe-se que está dividido em dois eixos: produtos de exportação e agricultura familiar. A produção para exportação tem como principais produtos o cacau biológico, café e a pimenta. Produzidos ainda sem grandes maquinários modernizados, essa agricultura demanda ainda grande número de mão de obra (ORLANDI, 2011). Já a agricultura familiar, destina-se à produção de horticulturas para o mercado interno (SANTOS E CARVALHO, 2021). Independentemente da classificação, o Estado, através do Ministério de Agricultura, é o órgão responsável por todo setor agrícola.

O Ministério de Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Rural (MAPDR),

(...) é o organismo da administração central do Estado responsável pela concepção, execução, coordenação e avaliação da política defendida e aprovada pelo Conselho de Ministros para os domínios da agricultura, pescas, pecuária, florestas, e desenvolvimento rural, cabendo designadamente promover e assegurar a investigação agrária, a assistência técnica aos produtores agro-pecuários e à organização do cadastro rural (DIÁRIO DA REPÚBLICA, 2019, p. 98 *apud* SANTOS, 2022, P. 46).

Nota-se portanto, que a agricultura em São Tomé e Príncipe tem sido destacada pelo Estado desde a independência do país em julho de 1975 como motor de desenvolvimento do país, (BERTHET, 2016; TEMUDO, 2008). Mas, o desenvolvimento esperado ainda continua sendo uma realidade inalcançada. O cacau, principal produto de exportação, não tem passado de 4000 toneladas desde 1978 em que a produção foi de 8000 toneladas (MENESES, 2015). No caso da agricultura familiar, verifica-se uma baixa capacidade no abastecimento do mercado interno (SILVA, 2014). No caso da ilha de Príncipe, corriqueiramente há falta de produtos hortícolas, o que causa aumento de preços desses produtos devido ao fato de existir pouca produção na nessa ilha, tendo que importá-los da ilha de São Tomé. Devido a falta de urbanização e o bom ordenamento do espaço, áreas de cultivo e áreas de construção têm dividido os mesmos espaços principalmente nas regiões mais afastadas da capital (SANTOS, 2022).

Por outro lado, os agricultores de modo geral vivem em condições vulneráveis. Grande parte da agricultura familiar é de subsistência com venda de excedentes. Outro fato também é que os produtores de cacau e café em épocas que não tem colheita, também praticam agricultura de subsistência ou vendem a sua força de trabalho como forma de aquisição de renda extra (ORLANDI, 2011; SANTOS E CARVALHO, 2021). Através de dados informados pelo MAPDR, desde 2015 o ministério conta com apoio de aproximadamente 17 bilhões USD para implementação de projetos nas áreas de sua competência, projetos a serem executados até 2026 (SANTOS, 2022). Desses projetos, sete são destinados somente à agricultura, um total de \$759 936 000,00 entre 2015-25.

#### 4. CONCLUSÕES

Percebe-se que o Ministério de Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Rural é um ministério com ampla atribuição de pasta. Nesse sentido, entender até que ponto isso constitui obstáculo para o bom funcionamento dessa instituição constitui uma preocupação que pretende-se dar resposta com esse estudo. Por outro lado, a agricultura sempre ocupou um lugar de destaque em todos os governos, porém, verifica-se que, o estado atual da agricultura em São Tomé e Príncipe é de baixa capacidade.

#### 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERTHET. M. São Tomé e Príncipe: reflexões sobre alguns aspectos de sua história agrícola no pós-independência. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 42, n. 3, p. 961-986, set.-dez. 2016.

CRUZ, Gualter Sousa Pontes da Vera. **A Democracia em S.Tomé e Príncipe, Instabilidade Política e as Sucessivas Quedas dos Governos**. 2014. Dissertação de (Mestrado em Ciência Política) – Curso de Pós graduação em Ciência Política, Instituto Universitário de Lisboa.

FREY, Klaus. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 21, p. 211-259, jun. 2000.

MENEZES, Aires Bruzaca de. Estado, **Políticas Públicas e Desenvolvimento: Cabo Verde e São Tomé e Príncipe**. Saarbrücken: Novas Edições Acadêmicas, 2015.

ORLANDI, Francesca del Bove. **Cadeia de valores do cacau em São Tomé e Príncipe**. 2011. Dissertação (Mestrado em Engenharia Alimentar) - Curso de Pós-Graduação em Engenharia Alimentar, Universidade Técnica de Lisboa.

SANTOS, Ayolsé Andrade Pires dos. **Estudo da Questão Agrária da Ex Colônia Portuguesa: O Caso de São Tomé e Príncipe**. 2022. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual Paulista.

SANTOS. Ayolsé Andrade Pires dos; CARVALHO. Joelson Gonçalves de. Campesinato e agricultura de subsistência em São Tomé e Príncipe: notas para se pensar desenvolvimento e inclusão. **Revista NERA**, v. 24, n. 58, p. 168-188, mai.-ago., 2021.

SEIBERT. Gerhard. Colonialismo em São Tomé e Príncipe: hierarquização, classificação e segregação da vida social. **Anuário Antropológico/2014**, Brasília, UnB, 2015, v. 40, n. 2: 99-120.

SILVA, Cila Figueiredo Lima Lopes da. **Segurança alimentar em São Tomé e Príncipe. Estudo de caso dos distritos de Água-Grande e Mé-Zóchi**. 2014. Dissertação ( Mestrado em Engenharia Alimentar), Curso de Pós-Graduação em Engenharia Alimentar, Universidade de Lisboa.

SOUZA,Celina. Políticas Públicas: questões temáticas e de pesquisa. **Caderno crh**, salvador, n. 39, p. 11-24, jul./dez. 2003.

TEMUDO. Padrão Temudo. De serviçal a camponês: A persistência das desigualdades sociais em São Tomé e Príncipe. **Lusotopie**, v. 15, p. 71-93, 2008.